

V CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES: ATORES, AGENDAS E RESULTADOS

Luana Machado Alves (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Carla Cecilia Rodrigues Almeida (Orientador). E-mail: luana.machado.alvess@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciência Política/ Políticas Publicas

Palavras-chave: Instituições Participativas; Conferência Nacional; Políticas para Mulheres.

RESUMO

Historicamente, conselhos e conferências têm estruturado a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas voltadas às mulheres. Em 2025, foi convocada a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (V CNPM), e o objetivo deste trabalho é acompanhar seu processo de preparação, investigando como o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM) e o Ministério das Mulheres estão organizando a participação social, um dos pilares da gestão Lula, para ampliá-la territorialmente e incluir diferentes atores na construção de políticas públicas. Por meio da metodologia de análise documental, destacamos como resultados i) o novo enquadramento da participação que orienta a gestão Lula 3 como método de governo; ii) o Mapa Colaborativo das Mulheres Brasileiras, criado pelo CNDM como estratégia para mobilizar movimentos de mulheres na V CNPM; e iii) as mudanças metodológicas que estruturam a participação no evento, com destaque para as conferências livres, que passaram a assumir um papel estratégico na inclusão de diferentes grupos de mulheres.

INTRODUÇÃO

Os conselhos e conferências, embora existam desde 1930, foi a partir da Constituição de 1988 que assumiram um novo sentido ligado à articulação entre participação e políticas públicas, como forma de ampliar o acesso a direitos e aprofundar a democratização do Estado. No âmbito das ações voltadas às mulheres, houve uma intensa participação da sociedade civil nos processos de elaboração de políticas públicas. A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985, constituiu um espaço no qual redes de ativismo feminista e movimentos de mulheres puderam levar a expertise acumulada na sociedade civil para o Estado (Almeida; Martelli; Coelho, 2021).

A consolidação dessa área de política ganhou força com criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003, simbolizando uma nova fase na institucionalização dos direitos das mulheres. Nesse sentido, a estruturação das

políticas para as mulheres ocorreu em paralelo à institucionalização de conselhos e a realização de conferências nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016.

Entretanto, de 2015 a 2022, a pasta voltada a mulheres passou por uma série de desmonte que impactou sua estrutura burocrática e orçamentária (Tokaski et al, 2023). Essas mudanças, somadas aos efeitos da pandemia de COVID-19, resultaram em constantes adiamentos da V Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

Com a chegada do Governo Lula 3, em 2023, a quinta edição do evento foi convocada para setembro de 2025 sob o tema “Mais democracia, mais igualdade, mais conquistas para todas”. Por meio de análise documental, esta proposta de pesquisa tem como objetivo principal acompanhar o processo de preparação da V Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, buscando entender como o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres e o Ministério das Mulheres estão se organizando para fazer com que a participação, um dos pilares da atual gestão do Governo Lula, chegue em mais lugares e inclua diferentes atores na estruturação das políticas públicas para a área. Nossos objetivos específicos são: i) pesquisar as mudanças nas Instituições Participativas no Governo Lula no âmbito de políticas para mulheres; ii) entender as novas diretrizes promovidas pelo Ministério das Mulheres e Conselho Nacional de Direitos das Mulheres no novo governo; iii) mapear outras modalidades de participação previstas no âmbito das políticas para mulheres no novo contexto de retomada da institucionalização de demandas oriundas dos movimentos sociais; iv) analisar o processo de elaboração do Mapa Colaborativo das Mulheres e seus impactos para a ampliação e pluralização dessa “comunidade de políticas”.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a análise documental (Cellard, 2008). Esse método de coleta de dados possibilitou examinar, de forma sistemática, documentos oficiais do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do Ministério das Mulheres, com o objetivo de compreender como a participação esteve presente na organização da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM).

Foram analisadas dezesseis atas do CNDM referentes ao período de 2023 a 2025, o Regimento Interno da 5ª CNPM (2025), os Guias para as Conferências Livres, Municipais e Estaduais (2025) e o Texto Base da 5ª CNPM.

Além dos documentos, a pesquisa foi fundamentada na literatura sobre instituições participativas (Almeida; Martelli; Coelho, 2021) e sobre o desmonte de políticas públicas para mulheres (Carlos; Rodrigues; Pereira, 2025; Tokarski et al., 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, sistematizamos os resultados da pesquisa em três momentos: i) o novo enquadramento da participação que orienta a gestão Lula 3 como método de governo; ii) as estratégias do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para

mobilizar movimentos de mulheres na V CNPM; e iii) as mudanças metodológicas que estruturam a participação no evento.

A política de participação no Brasil, segundo Martelli, Almeida e Capella (2024), assumiu diferentes “enquadramentos”, isto é, representações e sentidos construídos em contextos específicos. No governo Bolsonaro, a participação foi redefinida como uma relação direta entre “povo” e “governante”, dispensando a mediação das instituições participativas. Já no governo Lula 3, retoma-se a concepção consolidada nos governos petistas anteriores, que entende a participação social como método de governo. Nesse sentido, foram traçados como objetivos a ampliação da participação nos territórios e a busca ativa de grupos historicamente excluídos para que possam trazer suas demandas nas construções de políticas públicas. Esses princípios orientam a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Para sua organização, o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM) buscou construir estratégias para ampliar a participação e mobilizar novas atrizes no processo. Como resposta a essas demandas, foi criado, no início de 2023, o Mapa Colaborativo das Mulheres Brasileiras, com duas finalidades principais: i) mapear organizações que atuam na defesa e garantia dos direitos das mulheres no Brasil; e ii) constituir um banco de dados que facilitasse o acesso a essas organizações. A iniciativa funcionou como um instrumento de ampliação da participação social, conferindo ao Conselho maior capilaridade e possibilidades de articulação com diferentes organizações e coletivos. Em reuniões do CNDM, conselheiras destacaram que o Mapa foi utilizado como ferramenta na organização do I Encontro de Movimentos Sociais de Mulheres e Feministas, realizado em 2024, evidenciando seu potencial para a formação e o fortalecimento de comunidades políticas e redes da sociedade civil. Contudo, observa-se que o Mapa teve impacto restrito apenas ao momento pré-conferência, servindo, sobretudo, como ferramenta para identificar e conectar organizações, mas sem continuidade nas demais etapas e processos posteriores da 5ª CNPM.

Por fim, em nossa análise, identificamos que a organização das “conferências livres” foi o elemento que mais indicou mudanças em relação às edições anteriores. Tradicionalmente, nas diferentes áreas de políticas públicas, as conferências seguem quatro etapas: conferências livres, municipais, estaduais e nacional, sendo as livres consideradas apenas complementares às etapas demais obrigatórias. Contudo, na 5ª CNPM, essa fase assumiu um papel central na ampliação da participação nos territórios. Nesse sentido, as conferências livres detêm a possibilidade de: i) autoconvocação, ou seja, movimentos e organizações da sociedade civil também podem convocar essa etapa; ii) capacidade de eleger representantes para demais etapas; iii) realização em diferentes formatos (presencial, virtual ou híbrido); e iv) abrangência territorial, regional ou temática.

CONCLUSÕES

Considerando o contexto de desmonte das políticas públicas para as mulheres e o enfraquecimento das instâncias participativas ocorridos no período anterior, observa-se que a gestão Lula 3 buscou retomar a participação social como método de

governo, articulando novos atores da sociedade civil no planejamento de políticas públicas, especialmente por meio de espaços como Conselhos e Conferências Nacionais.

No âmbito do CNDM, a criação do Mapa Colaborativo das Mulheres Brasileiras surgiu como estratégia para mobilizar e ampliar o acesso de diferentes coletivos, ainda que seu impacto tenha se concentrado principalmente na fase pré-conferência.

Na organização da 5ª CNPM, observamos mudanças metodológicas, como na etapa das conferências livres, que deixou de ser apenas complementar e passou a assumir uma função estratégica para garantir maior participação. Dessa forma, nossa análise se concentra no processo de organização do evento, cujo desdobramento ainda está em curso.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento através da Bolsa de Iniciação científica e a Prof^o. Dra. Carla Almeida pelas orientações concedida durante o período de realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla.; MARTELLI, Carla; COELHO, Rony. Os papeis das Participativas na das Instituições Participativas na estruturação das Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política** n.35, p. 1-36, 2021.

CARLOS, Euzeneia; PEREIRA, Matheus Mazzilli; RODRIGUES, Cristiano. Desmonte de Políticas no governo Bolsonaro: Políticas para Mulheres, de Igualdade Racial e para LGBTQIA+ em perspectiva Comparada. **Lua Nova**, São Paulo, 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora vozes Ltda., 2008

MARTELLI, Carla. ALMEIDA, Carla. CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. As “Policy Images” da Participação Social na agenda do Governo Lula III. Campinas: **47º Encontro Anual de Pós-graduação em Ciências Sociais**. 2023

TOKARSKI, Carolina Pereira *et al.* De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. In: GOMIDE, Alexandre; SILVA, Michelle Moraes de Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta. (Orgs.) **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: IPEA; INCT/PPED. p. 321-356, 2023.